CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



PL terá a maior bancada do Senado, com 29 partlamentares

André do Prado declara apoio a Rogério Marinho para o Senado

O senador eleito por São Paulo André do Prado (PL) declarou apoio a Rogério Marinho (PL-RN) para a presidência do Senado. "A oposição está se articulando para apresentar um nome alternativo à Presidência do Senado", afirmou. Prado defendeu uma liderança "comprometida com o diálogo, o equilíbrio entre os Poderes". A eleição está marcada para 1º de fevereiro de 2027. A manifestação ocorre em meio à articulação pela recondução de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O também senador eleito por São Paulo Guilherme Derrite (PP) declarou que não votará em Alcolumbre, contrariando a posição da Federação União Progressista, formada pelo União Brasil e pelo PP. Prado também afirmou que o Senado precisa atuar "com independência, responsabilidade e respeito às suas atribuições constitucionais". O parlamentar defendeu ainda uma atuação voltada aos interesses do Brasil e da população.

Prisão por corte de ônibus no dia da eleição

O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) apresentou projeto que prevê prisão de três a seis anos e multa para quem reduzir ou interromper o transporte público com a intenção de prejudicar eleições. A proposta abrange ônibus, trens, metrôs e barcos. As penas poderão aumentar se o responsável for gestor público, dirigente de concessionária, prefeito, governador ou presidente. O texto cita os problemas de transporte relatados no 2º turno de 2026, principalmente nas cidades de Salvador e São Paulo.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



São Paulo e Salvador não colocaram 100% da frota na eleição

PECs sobre a gratuidade do transporte público

A deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) pediu à Câmara que duas propostas sobre o financiamento da gratuidade no transporte público tramitem juntas. A PEC 18/2026 prevê destinar parte das emendas parlamentares de execução obrigatória ao custeio do transporte coletivo urbano gratuito. A parlamentar solicita que o texto seja apensado à PEC 25/2023, mais antiga e em análise na Comissão de Constituição e Justiça. O requerimento, apresentado nesta quinta-feira (29), ainda depende de decisão da Presidência da Câmara

Deputado pede debate sobre anúncios eleitorais

O deputado federal Fausto Pinato (União Progressista-SP) solicitou audiência pública na Câmara para discutir anúncios eleitorais, moderação de conteúdo e uso de robôs nas redes. O requerimento cita estudo da UFRJ que identificou 1.613 anúncios políticos, com gastos de R$ 2 milhões, e dados da Meta sobre 206.910 bloqueios automáticos entre 1º e 5 de outubro de 2026. O debate também tratará da origem dos recursos e da fiscalização.

Senador do PL não opinou

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o senador eleito por SP, Guilherme Derrite(PP) se manifestaram pelas redes sociais sobre a fuga de Flávio Bolsonaro para os EUA após perder a eleição presidencial para Lula(PT). Até o momento, o senador eleito do PL, André do Prado, bastante próximo dos irmãos Bolsonaro, não fez postagens sobre o caso.

Lista da CDHU I

A CDHU prorrogou até 3 de novembro, às 18h, o prazo para correção da renda familiar de candidatos a moradias populares. Uma falha no sistema afetou 75.770 inscrições. Até quarta(28), 55.100 pessoas haviam regularizado os dados, enquanto 20.670 ainda precisavam fazer a atualização. Esta é a segunda e última convocação feita pela companhia.

Lista da CDHU II

Os candidatos devem acessar o link individual enviado pela CDHU ao e-mail cadastrado na inscrição e informar a renda familiar da época do cadastro. Quem não fizer a correção não será eliminado, mas ficará atrás de concorrentes com a mesma pontuação que tenham informado os dados. Quem já regularizou a situação está dispensado do procedimento.

Mudanças no Governo

O governador reeleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) prepara mudanças no secretariado para o próximo mandato. Eleuses Paiva (PSD) deixará a Saúde, enquanto Geraldo Melo Filho, Marília Marton e Natália Resende são cotados para permanecer. O MDB poderá ganhar espaço no governo, enquanto o PSD, de Gilberto Kassab, poderá perder influência política.

Estações Brás e Pedro II

O Metrô de São Paulo abriu licitação para contratar serviços de modernização das coberturas das estações Brás e Pedro II, ambas da Linha 3-Vermelha. O edital do pregão eletrônico nº 443/2026 está disponível a partir desta quinta-feira (29). A sessão para recebimento e análise das propostas está marcada para 18 de novembro, às 9h, pelo portal Compras.gov.br.

Seguro para a Diretoria

A Companhia Paulista de Parcerias (CPP) abriu licitação para contratar seguro que cobre despesas judiciais e indenizações de diretores, conselheiros e ex-dirigentes. O pregão será em 24 de novembro. O valor previsto não foi divulgado. Em 2023, a estatal contratou seguro semelhante por R$ 110 mil, com vigência inicial de 12 meses.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Listas de boicotes circularam nas redes sociais após a vitória de Lula

Deputados do PT propõem tornar a discriminação política um crime

Ministério Público do Trabalho recebeu 1.937 denúncias de assédio eleitoral

Da **Redação**

Um projeto de lei apresentado na quinta-feira (29) na Câmara dos Deputados prevê penas de até seis anos de prisão para quem promover discriminação por voto ou convicção política nas relações de trabalho e nas atividades econômicas. A proposta tem 65 signatários, dos quais dez são deputados federais de São Paulo, todos do PT.

O Projeto de Lei 5689/2026, apresentado pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC), pretende incluir no Código Penal o crime de discriminação política. A medida alcança empregadores que demitirem funcionários por suas escolhas eleitorais, recusarem contratações ou exigirem que trabalhadores revelem em quem votaram. Entre os parlamentares paulistas que assinaram a proposta estão Nilto Tatto, Rui Falcão, Carlos Zarattini, Alfredinho, Alencar Santana, Paulo Teixeira, Jilmar Tatto, Kiko Celeguim, Juliana Cardoso e Arlindo Chinaglia.

O texto estabelece pena de dois a cinco anos de reclusão, além de multa, para quem elaborar, divulgar ou compartilhar listas que identifiquem pessoas por suas posições políticas com o objetivo de estimular demissões, impedir contratações ou promover boicotes comerciais.

Quando essas práticas ocorrerem por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens ou veículos de comunicação, a punição prevista aumenta para três a seis anos de prisão.

A proposta também estabelece agravantes quando houver participação coordenada de três ou mais pessoas, utilização de cargo público, prejuízo econômico às vítimas ou envolvimento de empresários.

Na justificativa, os autores citam episódios registrados após o segundo turno das eleições presidenciais de 2026. Segundo o documento, o Ministério Público do Trabalho recebeu 1.937 denúncias de assédio eleitoral até o dia seguinte à votação. O projeto cita um caso ocorrido em Cafelândia, no interior paulista, envolvendo uma lista de boicote a comerciantes durante as eleições de 2022. Os responsáveis foram condenados pelo Tribunal de Justiça em julho de 2025. Em 2026, várias cidades do estado registraram listas de boicotes contra comerciantes e eleitores que votaram no PT.

Além das alterações no Código Penal, a proposta modifica a Lei 9.029/1995 para incluir expressamente o voto e a convicção política entre os motivos de discriminação proibidos nas relações de trabalho. O texto ainda precisará passar pela análise da Câmara e do Senado.